

**Anistia, amnésia e identidade: o acontecimento recalçado
e a ascensão da *Folha* como o canal da democracia**

*Amnesty, amnesia and identity: the repressed event
and the emergence of Folha de Sao Paulo newspaper as the channel of democracy*

Sônia Meneses

URCA

UFF

sonia.meneses@gmail.com

Resumo: Recentemente o jornal Folha de São Paulo completou noventa anos de fundação com uma grande comemoração na qual se auto-referenciou no cenário nacional como sendo o canal da democracia, da pluralidade de idéias e da liberdade de opinião; condições que foram alcançadas plenamente, segundo o próprio veículo, nos anos noventa e a primeira década de 2000, quando o grupo Folha se consolidou como um dos mais importantes grupos de mídia do país. Essa pesquisa tem o objetivo de analisar o processo de construção e reconstrução da memória através dos meios de comunicação, dando ênfase ao processo de anistia política no Brasil e como o jornal Folha de São Paulo acabou por se beneficiar desse evento para reordenar sua própria identidade no cenário político atual.

Palavras-chave: Ditadura; Folha de São Paulo; Memória; Esquecimento

Abstract: Recently the newspaper Folha de Sao Paulo completed ninety years of foundation with a big celebration in which self-reference on the national scene as the channel of democracy, plurality of ideas and freedom of opinion; conditions that have been fully achieved, seconds the vehicle itself, in the nineties and the first decade of 2000, when the group established itself as a leaf of the most important media groups in the country. This research aims to analyze the process of construction and reconstruction of memory through the media, emphasizing the process of political amnesty in Brazil and how the newspaper Folha de Sao Paulo eventually benefit from this event to reorder its own identity in current political scene.

Keywords: Dictatorship; Folha de São Paulo; Memory; Forgetfulness

Recentemente o jornal Folha de São Paulo completou noventa anos de fundação¹ com uma grande comemoração na qual se auto-referenciou no cenário nacional como sendo o canal da democracia, da pluralidade de idéias e da liberdade de opinião; condições que foram alcançadas plenamente, segundo o próprio veículo, nos anos noventa e a primeira década de 2000, quando o grupo Folha se consolidou como um dos mais importantes grupos de mídia do país.

¹ As comemorações de noventa anos do jornal ocorreram no dia 19 de fevereiro de 2011 e se estenderam durante o restante do mês de fevereiro.

Tal processo foi desencadeado ainda nos anos oitenta através de um sofisticado projeto² de mudança técnica-identitária, mas, principalmente de reconstrução da memória que possibilitou ao veículo alcançar um grande reconhecimento entre os meios políticos e intelectuais. Aliado a isso, destacasse o engajamento da Folha na campanha das Diretas-Já que, sem dúvida lhe concedeu grande capital simbólico para inserção entre esses setores. Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de influentes intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário. Acrescenta-se a isso o fato de uma agressiva estratégia de marketing com utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão, ter auxiliado na popularização do jornal nacionalmente.

Tais ações alçaram o jornal a referência na discussão dos problemas políticos e econômicos do país. Posição que em nada lembrava os anos anteriores, período no qual a Folha se apresentou como um dos fortes apoiadores do golpe em 1964. Pelo contrário, em meados dos anos oitenta poucas alusões ainda associavam a história do jornal aos episódios de 1964. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente o grupo Folha foi o que melhor soube desvincular sua imagem pública do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI. Constatação que nos leva a uma interrogação inquietante: como o jornal Folha de São Paulo conseguiu realizar seu afastamento do episódio a ponto de construir legitimidade política para se tornar um de seus principais debatedores na primeira década do século XX? Para tentar a responder essa pergunta, nesse artigo irei me deter aos últimos anos da década de 1970, analisando a relação entre memória e esquecimento na atuação do jornal diante de um episódio. Para isso meu foco recairá sobre a postura do jornal diante da prisão de um de seus colonistas, o jornalista Lourenço Diaféria suas ações de desligamento dos militares a partir disso.

² Com a implantação do projeto a Folha fixa boa parte dos elementos que permanecerão até os dias de hoje. E, após essa fase, o último momento desse processo, a partir dos anos 90, quando, segundo a última versão do projeto de 1997, há “a transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística”.

Quando o passado rivaliza com o presente: a construção do esquecimento

Sob vários aspectos, o acontecimento midiático e histórico no qual se configurou o golpe de 1964, serve para ajudar a entender o que o jornal Folha de São Paulo é hoje. Se, inicialmente, sua associação e convivência com o governo militar lhe rendeu estabilidade e a possibilidade de crescimento mercadológico³, duas décadas depois, foi o elemento que lhe permitiu construir a imagem como veículo plural e apartidário justamente por construir uma identidade de oposição a ele. Tal mudança na construção de imagem aumentou espetacularmente sua influência no cenário da política do Brasil contemporâneo. Condição que começa a se configurar entre fins dos anos de 1970 e primeira metade dos anos oitenta. Não é por acaso que já em 1981 o jornal se autoreferencia como um dos mais importantes do país, como pode ser observado em seu projeto editorial daquele ano.

(...) O jornal representa atualmente muito mais do que já representou através de sua atuação e imagem públicas no passado. Ao seu redor, surge um crescente consenso de que este é, de fato, um jornal independente, confiável naquilo que publica e cujas atitudes devem ser permanentemente levadas em consideração. Vem escrevendo de modo cada vez mais nítido o seu papel real na cena política, preenchendo a função de um órgão liberal-progressista, (...) preocupado com a necessidade de introduzirmos reformas pacíficas, mas, profundas no capitalismo brasileiro, destinados a solucionar os problemas sociais mais graves e criar convivência social estimável para a maioria e aceitável para as minorias (Projeto Editorial, 1981).⁴

A citação ressalta a relação “estreita entre memória declarativa, narratividade e testemunho, representação figurada do passado histórico” (RICOEUR, 2007, p. 455). No processo de ideologização da memória através da narrativa, percebe-se como o jornal joga com efeitos de variação na tessitura de sua nova identidade partir daquela conjuntura. Sendo assim, as estratégias de esquecimento passam a ser sutilmente inseridas de maneira a desfocar elementos identitários anteriores. Do passado, sabemos somente o que interessa para o entendimento sobre a posição do periódico no presente, o que pode ser resumido num esforço de sua afirmação no cenário nacional a fim de se tornar “um jornal independente, confiável”.

³Essa discussão é aprofunda na minha tese de doutorado: A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Niterói, Programa de Pós-graduação em História, 2011.

⁴ Projeto Editorial de 1981– documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

Durante a primeira década do regime militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1975, o jornal Folha de São Paulo, manteve-se como um dos principais apoiadores políticos dos governos militares. Todavia, a partir da segunda metade dos anos 70, ocorreram mudanças significativas que alteraram o processo de configuração do acontecimento na cena pública, sobretudo, em relação ao controle exercido pelo governo e as pressões vindas de vários setores da sociedade que reivindicavam por mudanças imediatas no cenário político-social do país. Grupos civis que, durante os anos anteriores, tinham apoiado abertamente ao regime, viram-se pressionados por uma crescente participação da opinião pública exigindo mudanças, sendo assim, obrigados ainda a reverem suas posições, ou assumirem o risco de serem engolidos pelas transformações que claramente se anunciavam e pagarem o ônus “histórico” do alinhamento com o regime militar. Em 1976, era dessa forma que Dines começava a analisar o episódio:

O tempo passa todos os dias. Em aniversários o tempo se amonta, muda de medida e torna-se solene. Então o sutil correr dos dias, semanas e meses dimensiona-se em anos. Aniversários são culminâncias do tempo quando estica e ganha duração. É nos aniversários que a intermitência diária consolida-se em segmentos mais visíveis, descortinam-se prospectivas. O Brasil festeja hoje o 12º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964. Entre outras coisas é o momento de dimensioná-la no tempo, examinar seus aportes (Folha de S. Paulo 31/03/1976, p. 02).⁵

Apenas o fato de ser nominado como ocorrência exemplar no momento de sua constituição, necessariamente, não representa garantia de que um evento sobreviverá na duração. É necessário que ele seja constantemente convocado em narrativas de retrospectão que o situam em uma linha que se abre entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. A citação acima serve para compreender a clareza do jornalista sobre tal necessidade. Como destaca Alberto Dines, em 1976, era preciso “dimensioná-lo no tempo”, realizar um exercício de retrospectão e “prospectiva”. Em seu caráter retrospectivo, 1964 já podia ser analisado como experiência posta naquele cotidiano, ou ser situado dentro de um horizonte de expectativa dimensionado em médio e longo prazo no tempo.

Para Dines era função do presente examinar os aportes do passado para que estes possam apresentar as lições para o futuro. Entretanto, a principal mudança que se observa em relação ao evento, a partir de 1976, diz respeito exatamente ao horizonte de expectativas que

⁵ DINES, Alberto. *A noção do tempo*. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

se coloca em relação a ele. Enquanto experiência continuava a ser narrado como ocorrência positiva e que fora indispensável para país, tanto que, mesmo que reclame por mudanças no regime, Dines se refere a ele como “aqueles dias heróicos” em que:

A Revolução tinha como meta a unificação do País, a construção de uma sociedade moderna, a liquidação da radicalização ideológica, o expurgo da corrupção e a consolidação do estado democrático ameaçado pelo próprio poder (Folha de S. Paulo, 31/03/1976, p. 02).⁶

Em fins de 1970 a aura de evento exemplar parecia inalterada nas páginas da Folha de S. Paulo jornal, assim como, a experiência do passado atual incorporado na memória e na história do país. O episódio podia ser lembrado sem prejuízos dos valores que representava e que continuava a fundamentar as defesas mais acaloradas. Porém, essa mesma lembrança de ocorrência célebre, que na narrativa do jornal e de seus colaboradores, servia para exaltação da nação, do progresso e da “democracia”, começava a se voltar contra a continuidade do processo deflagrado em 1964. Tanto é que Alberto Dines, em 1977, alertava para a seguinte questão:

Revolução é um processo autolimitado no tempo. Quando a dinâmica revolucionária suplanta as barreiras temporais, altera-se basicamente processo deixando de ser revolucionário (Folha de S. Paulo, 31/03/1977, p. 03).⁷

A construção da monumentalidade do episódio tinha se configurado com sucesso, tanto que nem mesmo os principais críticos do regime a atacavam, todavia, sua permanência como uma experiência que teimava em não se encerrar, fazia com que agora o passado rivalizasse com o futuro, o que limitava o horizonte expectativas colocado em cena desde sua deflagração em março de 1964. O devir agora era projetado de maneira diferente de como o fora até 1974, como chama atenção Koselleck. Isso demonstra que “a presença do passado é diferente da presença do futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 311). A continuidade dos militares no poder e a persistência do evento configurada em suas ações irá colocar em xeque a possibilidade de controle sobre o futuro, tornando-o novamente um tempo de incertezas como o fora para em 1964. É nessa atmosfera que o jurista Dalmo Dallari, reconhecido opositor do

⁶ DINES, Alberto. *A noção do tempo*. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁷ DINES, Alberto. *O 13º aniversário IV*– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

regime, indagava nas páginas da Folha em 31 de março de 1977: “Qual o futuro político imediato do Brasil? Que elementos existem para uma tentativa de previsão desse futuro?” (Folha de S. Paulo, 31/03/1977, p. 03) ⁸.

Em sua crescente decepção com o rumo dos acontecimentos, o jornal colocava em questão os limites de suas projeções frente ao espaço da imprevisibilidade do cotidiano; quebrava-se ali a correspondência entre a experiência configurada pelo episódio e a expectativa de futuro amparada nele, o que para muitos outros grupos políticos já havia ocorrido desde a deflagração do episódio.

As matérias de Dines e Dallari, ao contrário daquelas que predominaram nas páginas da Folha até a primeira metade da década de 1970, não são um mero chamamento às comemorações festivas da “Revolução de 64”, mas, a tentativa de realizar uma reflexão crítica quanto aos seus efeitos, de forma a prospectar seus resultados em um longo prazo; talvez reformular os horizontes de expectativas agora muito mais saturados de angústias do que esperanças. Por isso, Dines chama atenção para o fato que era necessário fechar um ciclo do episódio para que efetivamente ele se tornasse experiência passada:

Falta, porém, examinar o futuro, prospectar, comparar situações e circunstância, perceber diferenças, sobretudo anotar idades. Nos aniversários completam-se coleções de ocasiões, oportunidades, épocas, eras. *Fecham-se ciclos*, esgotam-se momentos. O tempo avulta nos aniversários. É o momento propício para avaliar *sobre sua extensão e duração* (Idem).⁹

Com Dines e outros colaboradores, o evento começa a perder a força como ocorrência que direcionava o futuro de forma positiva e previsível, como fora narrado até ali. Contudo, mantém-se como ocorrência histórica memorável e positiva; processo revolucionário que, segundo Dines, “teve apoio unânime da nação”¹⁰. A derrota do governo nas eleições de 15 de novembro de 1974 foi um ponto importante nessa nova configuração, pois o MDB conseguiu o controle político das maiores cidades do país, o que o colocou como o principal partido, superando a ARENA.

Tal episódio agravou ainda mais o cenário político, pois mostrou ao governo militar a clara insatisfação da população com a manutenção do estado de exceção implementado em

⁸ DALLARI, Dalmo. *O quadro político do brasileiro – Tendências/Debates*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁹ DINES. Alberto. *O 13º aniversário IV – Opinião*, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹⁰ DINES. Alberto. *O 13º aniversário IV*. Idem.

março de 1964. Acuado pela flagrante derrota nas urnas, Geisel resolve lançar mão novamente do AI-5, desagradando inclusive muitos de seus mais fiéis apoiadores. Entre suas ações mais criticadas, fecha novamente o congresso nacional, cria o mandato de senador biônico, estende o mandato do presidente para seis anos e torna indireta a eleição para governador. Em junho do ano seguinte, no pronunciamento de Armando Falcão, ministro da justiça de Geisel, ao ser questionado sobre o processo de abertura advertia:

O país está em clima de absoluta tranquilidade, mas que o processo de distensão gradual, em curso, não importará, em hipótese alguma, na supressão da legislação revolucionária. O ministro leu pronunciamentos do presidente Geisel, para distinguir os conceitos de distensão e de abertura política, sustentando que a primeira é uma busca "segura e lenta, sem prazos", e que a abertura representaria a adoção de providências imediatas, de efeitos perigosos. "O Governo não cogita da extinção do AI-5 nem do decreto 477", salientou Falcão (Folha de S. Paulo, 20/06/1976, p. 04).¹¹

Tais medidas começam a se chocar mais diretamente com os interesses da classe média urbana, que temia um retrocesso tanto em aspectos políticos, quanto econômicos. Certamente, não interessava a nenhum grupo empresarial e isso incluía os donos de jornais e outros meios de comunicação, um país de economia fechada e que mergulhasse indefinidamente na repressão e contenção dos direitos civis. Não se pode esquecer, ainda, que o chamado milagre econômico a cada dia dava sinais de claro fracasso. Era visível que, naquele momento, definhava o pacto estabelecido entre militares e parte dos grupos civis que os apoiavam entre os quais a Folha se incluía.

Se o primeiro semestre do ano de 1974 havia significado o momento de exaltação das efemérides de 1964, apresentado como ocorrência emblemática para a memória da nação; ao final daquele mesmo ano, inicia-se o processo de deterioração de uma idéia de futuro seguro e próspero, construída nas páginas da Folha de S. Paulo, que agora se via pressionada pelas reivindicações de mudanças que partiam de diversos setores do país e que haviam ganhado fôlegos com as ações repressivas novamente desencadeadas pelo governo.

Nesse período o jornal irá passar por várias mudanças em seu corpo editorial que, de certa forma, auxiliaram na preparação de um eficiente projeto de reformulação de sua identidade nos anos 80. Pode-se dizer que em 1976 o jornal ganha a configuração que permanecerá praticamente a mesma até os dias atuais, com a inclusão de páginas de opinião e

¹¹*Distensão não elimina o AI-5*, 1º. Folha de S. Paulo, Caderno, p. 04, 20 de junho de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

cadernos como a Ilustrada, que se tornam espaços importantes para intelectuais e vários outros colaboradores, que ali passam a escrever regularmente.

A partir daí, sua postura se torna ambígua e, até mesmo, conflitante em vários momentos. Em suas páginas alternam-se textos que ora criticam, ora corroboram, ou são elogiosos ao governo. Como se estivesse experimentando, na dubiedade dos textos, quais os caminhos a seguir. Não assume abertamente uma atitude de oposição; ao menos evita entrar em confronto até 1977. Já naquele momento, valendo-se do argumento da pluralidade, o jornal tenta funcionar como se fosse uma grande colcha de retalhos ideológica, na qual pretensamente “todas” as versões podiam ser costuradas e enredadas na tessitura orquestradas em suas páginas.

Para justificar sua posição, a idéia de pluralidade ganha destaque, sendo um dos pilares de seu projeto de mudança. O conceito passa a conceder um lugar de legitimidade para que o veículo pudesse trabalhar em diversas linhas discursivas, sob o argumento de que se abria para ouvir todos os lados. Mas essas questões somente serão incorporadas com clareza com a implantação do projeto Folha na segunda metade dos anos oitenta; antes disso, há um período no qual o jornal assume publicamente a defesa da campanha das Diretas, marco divisor na construção de sua identidade.

Portanto, na segunda metade dos anos 70, temos um jornal relutante quanto a que posição tomar frente ao governo, pois seu envolvimento com o golpe acarretara ao menos duas atitudes: em primeiro lugar, sobressai seu papel de apoiador do episódio em sua efetivação, e aqui destaco sua atuação, por exemplo, como mediador na escritura do episódio na cena pública em 1964 e nos episódios subsequentes. Em segundo, o papel de formulador de monumentalidade, na inscrição do evento no tempo, em narrativas retrospectiva e projeção que o apresentaram na cena pública na condição de ocorrência célebre, positiva e necessária, numa clara conexão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Entretanto, o desafio colocado em fins de 1970, era o de construir uma nova legitimidade para o veículo; não mais a do interlocutor entre os militares e a sociedade civil, mas o de apresentá-lo como a voz da sociedade civil contra o regime. Na reformulação de sua imagem, tanto editorial, quanto política, a Folha começa a trabalhar para assumir um lugar de agente de interlocução nas reivindicações da sociedade por mudanças políticas. Àquela altura, avolumam-se protestos em todo o país é, nesse momento, que o jornal identifica o vácuo para se apresentar como “o porta voz da sociedade civil”. Para fazer isso, convida reconhecidos

atores sociais, entre os quais, perseguidos e exilados, que voltam a se posicionar publicamente nas páginas do jornal na recém-criada seção “Tendências/Debates” em 1976.

A persistência do episódio na cena pública faz com que o jornal, progressivamente, atue num trabalho de separação entre os eventos ocorridos no dia 31 de março de 1964 e a continuidade dos militares no poder, que passam a ser tomadas como duas ocorrências independentes. Para fins de reflexão sobre o passado, “a revolução” ainda continuava a manter sua aura positiva, vista como ocorrência de importância inquestionável que recolocou o país na “normalidade”, todavia os seus resultados, a partir da insistência dos militares em se manterem no poder, começavam a tornar o futuro instável e imprevisível. Tais questões ficam evidentes na matéria “Mudou o sistema, menos a consciência deste” do jornalista Alberto Bahia em março de 1977; vejamos:

A verdade é que o sistema político de 1964 tem realizado muito. Mudou o país. Ele mesmo mudou bastante. Sua consciência movida pela necessidade de ficar no poder não percebe, ou não quer perceber, até que ponto o Ato Institucional I já é História do Brasil. Assim sendo, não resolverá adiar simplesmente a democracia apelando para um modelo político que conjuga exceção com democracia. Esta última não se realizaria, nem tampouco, uma revolução democrática justificaria seu qualitativo. A Revolução extingue-se mudando em democracia. É necessário que só permaneça a democracia (Folha de S. Paulo. 31/03/1977).¹²

Na edição do dia 31 de março de 1977, o jornal realizava uma ampla cobertura sobre o episódio, dispensando a ele, diversas matérias nas páginas 2, 3, 9, 12 e páginas completas, 13, 14, 15 e 16. A Folha trazia um painel de colaboradores diversos e, embora apresentasse textos críticos como o do jurista Dalmo Dallari, reconhecido opositor do regime, não havia ainda, enquanto postura do jornal, um enfrentamento aberto ao regime, e muito menos ao episódio, como pode ser constatado em suas principais manchetes daquele dia: “Solenidades em todo o país por 13 anos da Revolução” e “Na festa do 31 de março, aguarda-se a fala de Geisel” pag. 9, “O 13 aniversário da Revolução de Março” pág. 13, “Mudou o sistema, menos a consciência deste” pág. 13. “Balanço” pag. 14, “Roteiro da Revolução” pág. 14, “A Razão e a Certeza” pág. 14, “A “Revolução em busca de seu rumo” pág. 15, “A literatura sobre a Revolução” pág. 16.

¹² BAHIA, Alberto. *Mudou o sistema, menos a consciência deste* – Nacional, 1º. Caderno, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

De fato, em suas páginas, ainda há um consenso de que em 1964 instaurou-se efetivamente um processo revolucionário que foi indispensável ao país para colocá-lo no “rumo certo”. Contudo, passados 13 anos do evento, há um clima de certa frustração por parte de seus apoiadores, sobretudo, por se considerar que ocorreu uma desvirtuação de seus objetivos.

Se em 1974, para o ex-chefe da casa civil de Castelo Branco, Luiz Vianna Filho¹³, ainda era cedo para contar a história da revolução, três anos depois, Jorge Boaventura, colaborador do jornal, já considera que “transcorridos trezes anos do movimento de março de 64, já há bem delineada a profundidade histórica indispensável a um julgamento sereno dos seus acertos e desacertos”. Afirmando isso, Boaventura, destacava que agora era necessário superar a relativa vulnerabilidade do sistema e abri-lo para as novas necessidades do país:

Parece-nos assim indiscutível o sucesso, o *extraordinário sucesso administrativo do movimento vitorioso em 64*. Onde se situa em nosso entendimento a sua maior vulnerabilidade é no resultado da inexistência de um projeto político renovado em termos de adequação definitiva das instituições às novas realidades do país (Folha de S. Paulo, 31/03/1977, p. 14).¹⁴ (meus grifos)

Sensação que fica clara também no texto de Aliomar Baleeiro, que após realizar um apanhado cronológico sobre a história do país, afim de, possivelmente, explicar seus problemas políticos – situados desde a chegada do português –, afirma:

a Revolução foi *necessária, oportuna e indispensável*. Curou a desordem oficialmente promovida, financiada e planeja. Levei na cabeça um tijolo para ela e disso não tenho remorso na consciência (...) em seu lado positivo, a Revolução, embora drasticamente, restaurou a ordem. (...) Mas a Revolução mudou. Perdeu o caráter civil e calçou botas reúnas. Praticou mais uma vez o que em política chamam de inversão do Mito de Saturno devorando os filhos aos pais (Folha de S. Paulo, 31/03/1977).¹⁵

¹³ “Embora decorrido um decênio sobre o 31 de março talvez seja cedo para se escrever a história da Revolução. É tempo, porém, de se reunir o material para avaliar os caminhos do Brasil nesses dez anos que lhe mudaram o destino. Esses caminhos começam com Castelo Branco. Caminhos novos e gloriosos.” Decisões Políticas do Presidente Castelo Brasil. Folha de S. Paulo, 2º. Caderno, p. 4, 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹⁴ BOAVENTURA, Jorge. *Balanço* – Nacional 1º. Caderno, p. 14, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹⁵ BALEEIRO, Aliomar. *A frustração depois de 13 anos*, 1º. Caderno, p. 13, Folha de S. Paulo. 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

No lento processo de distensão que se iniciava, o jornal abre novamente suas páginas para a atmosfera de incerteza política daqueles dias, postura que estava ausente de seus textos desde 1964, já que para Folha episódio havia inaugurando uma fase de plena segurança e tranquilidade. (Folha de S. Paulo, 31/03/1974)¹⁶ Porém, para se firmar como espaço de manifestação da sociedade civil, era necessário construir uma nova legitimidade política e social, uma vez que se tornavam cada vez mais evidentes as pressões por mudanças políticas no país. Uma identidade que desvinculasse sua imagem do apoio aos militares e, principalmente, que a colocasse em oposição pública a eles naquele momento. Como destaca o jornalista Mário Magalhães sobre a história do jornal, “A Folha era um jornal muito lido, mas de pouco prestígio e influência restrita. Era informativo, mas faltava-lhe densidade política” (Folha Online, 27/07/2007)¹⁷.

Em outras palavras, faltava ao jornal reconhecimento para ser aceito como um interlocutor a falar contra o regime cuja instauração havia apoiado. Tal desconfiança era notória por parte dos grupos de resistência, tanto que em 1971, a Folha teve dois de seus carros de entrega de jornais atacados em represália à suspeita de que serviam como fachada para que os militares capturassem presos políticos clandestinamente. Em resposta à ação, o próprio Otávio Frias escreveu sobre o episódio o único editorial creditado a si, no qual realizava uma severa crítica ao que denominava de “a sanha assassina do terrorismo”:

Que notícias e que comentários? Os relativos ao desbaratamento das organizações terroristas, e especialmente à morte recente de um de seus mais notórios cabeças, o ex-capitão Lamarca. (...) Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rotulo de idealismo político. Os que não hesitaram, pelo exemplo e pelo aliciamento, em lançar na perdição muitos jovens, iludidos, estes sim, na sua ingenuidade ou no seu idealismo (Folha de S. Paulo 22/09/1971).¹⁸

Sendo assim, para assumir plenamente o posto de “porta voz da sociedade civil”, era preciso antes desconstruir sua identidade, atrelada ao golpe, e livrar-se do peso do episódio sobre suas costas. Em um caráter profundo, tratava-se da busca de auto-proclamação de uma

¹⁶ *O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹⁷ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/ em 27/09/2007](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/em 27/09/2007).

¹⁸ FRIAS, Otávio. *Banditismo* - Editorial. 1º. Caderno, p. 02, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1971. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

nova função social para o veículo naquela conjuntura, adequar-se, por conseguinte, às novas exigências postas no cenário público de fins de 70. O desafio era o de não permanecer o mesmo, mas exatamente, colocar-se como a diferença entre os demais veículos de comunicação. Imagem desenhada tempos depois e insistentemente narrada em suas páginas.

Por imagem pública devemos entender a unidade formada pelo corte ideológico das preocupações do jornal, pelo seu estilo editorial e pela sua fisionomia plástica. É preciso que essa unidade seja reconhecida pelos que lêem a *Folha* e vivida pelos que a fazem. Não devemos ambicionar as unanimidades (...) mas sim o reconhecimento da identidade pela diferença (...) Projeto Editorial 1985-1986).¹⁹

Na formulação dessa diferença, intercalam-se novas expressões públicas da memória em sua relação com o episódio, processo que começa a se desenhar ainda em 1977, quando a manutenção do regime ditatorial começava a apresentar problemas cada vez mais graves. O “milagre econômico”, carro chefe da propaganda do governo Médici, e que durante todo o período era mencionado como justificativa para o duro sistema de repressão política e torturas, era denunciado em seus abusos. A ameaça do retorno da inflação era cada vez mais nítida assim como um provável colapso energético.

A grande meta passou a ser, portanto, tornar a *Folha* um jornal rentável e competitivo como produto de circulação nacional e, para isso, aproveitou-se o momento no qual a questão da governabilidade e da cidadania eram pontos capitais a serem debatidos pela sociedade brasileira. Se a expansão do mercado em São Paulo, dominado pelo jornal *O Estado*, ainda se constituía um problema em princípios de 80, a participação de várias vozes dissonantes a se pronunciarem em suas páginas, ajudou a construir o reconhecimento político que tanto o veículo almejava para falar aos grupos que até ali estiveram contra o regime e a outros ainda mais numerosos que reivindicavam mudanças. É assim que passa a investir vigorosamente no potencial simbólico e, conseqüentemente, comercial que viria com o processo de abertura. É o jornalista Mário Magalhães quem afirma que:

Em janeiro de 1974, Golbery do Couto e Silva²⁰, (...) chamara Frias para uma reunião no Rio. Revelou que o novo governo iniciaria a distensão. Reafirmou sua obsessão com um "novo 9 de Julho"²¹, o temor de que

¹⁹ PROJETO EDITORIAL 1985-1986 in A Folha Capturado de Site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

²⁰ Chefe da casa civil do presidente Ernesto Geisel.

²¹ Dia em que teve início a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

houvesse uma rebelião paulista contra o poder federal nos moldes da Revolução de 32. E disse que ao futuro governo não convinha apenas um jornal forte em São Paulo. A Folha era um jornal muito lido, mas de pouco prestígio e influência restrita. Era informativo, mas faltava-lhe densidade política. (...) Numa reunião na casa de praia do "publisher", em Ubatuba, foi definido um "pacto", segundo Ruy Lopes. Ele conta ter participado de vários dias de discussão com Frias, Otavio Frias Filho, Cláudio Abramo e Boris Casoy. Ao final, decidiram, rememora o então editor-chefe, explorar ao máximo, jornalisticamente, as possibilidades da abertura (Folha Online, em 27/09/2007)²².

A partir de então, a lógica mencionada anteriormente por Lins da Silva foi colocada a pleno vigor. A abertura se tornou o grande capital político que possibilitou apresentar o jornal quase como opositor histórico ao regime, como se não tivesse apoiado o golpe ou talvez como se o tivesse feito tão somente para representar os anseios da população naquele momento, assumindo assim, condição de mais uma de suas vítimas. Nos anos 80, termos como regime autoritário, censura, esquadrões de violência, pauperização entram definitivamente na narrativa cotidiana e o episódio passa a ser tratado como marco negativo a ser superado.

Referências

BAHIA, Alberto. Mudou o sistema, menos a consciência deste – Nacional, 1º. Caderno, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

BALEEIRO, Aliomar. A frustração depois de 13 anos, 1º. Caderno, p. 13, Folha de S. Paulo. 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

BOAVENTURA, Jorge. Balanço – Nacional 1º. Caderno, p. 14, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Chefe da casa civil do presidente Ernesto Geisel.

DALLARI, Dalmo. O quadro político do brasileiro – Tendências/Debates. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Dia em que teve início a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

²² MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/ em 27/09/2007](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/em 27/09/2007).

- DINES, Alberto. A noção do tempo. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- DINES, Alberto. A noção do tempo. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- DINES, Alberto. O 13º aniversário IV– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- DINES, Alberto. O 13º aniversário IV– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- DINES, Alberto. O 13º aniversário IV. Idem.
- Distensão não elimina o AI-5, 1º. Folha de S. Paulo, Caderno, p. 04, 20 de junho de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- FRIAS, Otávio. Banditismo - Editorial. 1º. Caderno, p. 02, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1971. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- KOSELLECK, Reinhart, O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed.PUC - Rio, 2006, p. 311.
- MAGALHÃES, Mario. Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70 in Folha 80 anos , Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.
- MAGALHÃES, Mario. Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70 in Folha 80 anos , Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.
- O Modelo Brasileiro. Folha de S. Paulo, (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).
- PROJETO EDITORIAL 1985-1986 in A Folha Capturado de Site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007
- Projeto Editorial de 1981– documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007
- RICOEUR, Paul. A Memória, a história, o esquecimento. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 455.